



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680110 - RS (2021/0219025-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : I DA S R (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de I. DA S. R. em que se aponta como autoridade coatora desembargadora do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5108565-31.2021.8.21.7000/RS).

O paciente foi representado por suposta prática de ato infracional análogo ao delito previsto no art. 121, § 2º, I, c/c o art. 14, II, do Código Penal, sendo-lhe imposta a internação provisória, a qual foi prorrogada.

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, porquanto "mesmo diante da ilegalidade da prorrogação da internação provisória, a douta Desembargadora Relatora da Colenda Sétima Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, de forma monocrática, denegou o *Habeas Corpus*, sob o pretexto da gravidade abstrata da infração supostamente perpetrada pelo paciente" (fl. 4).

Afirma que a segregação do paciente não merece prosperar, tendo em vista que o Estatuto da Criança e do Adolescente "é claro ao dispor que a internação provisória não poderá ultrapassar o período máximo de quarenta e cinco dias, prazo este legalmente improrrogável (...)" (fl. 5).

Destaca a excepcionalidade da internação provisória, em especial diante do atual cenário de pandemia de covid-19.

Requer, liminarmente, seja permitido ao paciente responder ao

procedimento de apuração do ato infracional em liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja afastada a possibilidade de prorrogação da internação provisória além do limite legal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargadora. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de esgotamento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Qui nta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente